

Tarefa prioritária vai ser definição do regime

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

A definição do regime político será a tarefa prioritária da Subcomissão do Poder Executivo da Assembleia Nacional Constituinte, que deverá apresentar, até o próximo dia 22, parecer sobre a manutenção do presidencialismo ou a implantação do parlamentarismo. A prioridade foi decidida ontem, em reunião de três horas, pelos integrantes da subcomissão. O deputado Bonifácio de Andrada (PDS-MG) defendeu a tese vitoriosa, argumentando que a questão é básica para a discussão dos outros temas constitucionais. Mas os adeptos do presidencialismo, como Vivaldo Frota (PDT-RJ), acreditam que o assunto deve ser examinado com cautela.

O presidente da subcomissão, deputado Alberico Filho (PMDB-MA), diz que a tendência majoritária entre seus colegas é pelo regime híbrido, semelhante ao sistema francês. E concordou com a reivindicação dos constituintes para que a definição seja tarefa prioritária, devendo apresentar essa proposta à comissão de Organização dos Poderes. O debate em torno da questão foi motivado pelo projeto de resolução, do deputado César Cals Neto (PDS-CE), propondo imediata definição do regime e fixação do mandato do presidente José Sarney.

Soberania

As três subcomissões da Consti-

tuínte que tratam da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher estão funcionando precariamente. A dos Direitos Políticos, Coletivos e Garantias foi a única que conseguiu se reunir duas vezes, mesmo assim se perdendo em debates inconseqüentes e votações sobre possíveis convidados a serem ouvidos. Ontem, foi aprovada a vinda dos juristas Raymundo Faoro e Flávio Comparato, mas depois se descobriu que ambos estavam viajando pelo Exterior.

Enquanto isso, as subcomissões dos Direitos e Garantias Individuais, e da Nacionalidade e das Relações Internacionais ainda não tiveram quórum para começar efetivamente os trabalhos. De concreto, elas apenas têm uma proposta do deputado Sarney Filho, para discutir a dívida externa, convidando personalidades da área financeira internacional e líderes do terceiro mundo, como o ministro da Economia do Peru e o primeiro-ministro cubano Fidel Castro.

A mesa diretora das três subcomissões está perdida, sem saber ao certo como adaptar seus trabalhos ao Regimento e ao funcionamento de toda a Assembleia Constituinte. Não há ainda oficialmente nenhuma proposta concreta de texto constitucional em debate. Na parte de Direitos Políticos, Direitos Coletivos e Garantias, só foi votado que, quando as propostas aparecerem, elas serão distribuídas e discutidas por todos, para que o relator possa ter uma ideia melhor de seu conteúdo. "Assim é mais democrático do que o re-

lator simplesmente receber a proposta e, 30 dias depois, emitir seu parecer", explicou o presidente da subcomissão, deputado Antonio Mariz (PMDB-PB).

Municípios

A Subcomissão dos Municípios e Regiões programou ontem dois painéis para ouvir entidades sobre a questão municipal. No dia 22, às 9h30, terá um encontro com a Frente Municipalista Brasileira, Confederação Nacional dos Municípios, Associação Brasileira de Municípios e Instituto Brasileiro de Administração Municipal. No dia 23, no mesmo horário, vai debater com a Associação dos Prefeitos das Capitais sobre os problemas das regiões metropolitanas.

A Subcomissão do Sistema Financeiro na Constituinte definiu, ontem, a primeira das entidades representativas do setor para depor durante os trabalhos: a Associação Nacional dos Funcionários do Banco do Brasil (Anabb), através de convite feito ao seu presidente, José Flávio Bergot.

A Subcomissão de Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança, presidida por José Tavares (PMDB/PR), apresentou ontem ao deputado Ulysses Guimarães uma proposta de prolongamento do prazo de trabalho das subcomissões (previsto para 45 dias). Tavares quer mais um mês, pelo menos. O deputado considera que caso certo que haverá necessidade de alongamento do prazo previsto no Regimento Interno.



Bonifácio de Andrada

Proposta a limitação de tributos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O deputado Leur Lomanto apresentou ontem novas sugestões para elaboração do projeto de Constituição, sendo a primeira delas a de que "nenhum tipo de imposto ou tributo será fixado sem prévia autorização do Congresso Nacional" e, a segunda, determinando que do total de recursos oriundos de tributos arrecadados pela União, 50% serão destinados aos Estados e municípios e ao fundo especial de desenvolvimento.

Leur Lomanto ainda pretende que a futura Constituição proíba, a qualquer título e sob qualquer pretexto, de taxa pelo direito de acesso judicial, e que os impostos sobre circulação de mercadorias sejam recolhidos sobre o consumo e não sobre a produção, eliminando alíquotas para vendas interestaduais.

Entre as propostas do deputado do PFL baiano, está a de isenção do imposto sobre Produtos Industrializados, os financiamentos para automóveis, veículos utilitários e caminhões, movidos a álcool, adquiridos pelas prefeituras municipais. Pretende, ainda, que seja proibida qualquer tributação sobre proventos e pensões, assim como sobre barcos de pequeno e médio portes adquiridos por pescadores profissionais artesanais.

Os recursos destinados a programas sociais e, em última instância, aos trabalhadores, terão a capitalização dos juros nas contas vinculadas ao mesmo valor da taxa de remuneração da poupança. Lomanto também sugere nova regulamentação para a sucessão presidencial em regime parlamentarista.

ANDAMENTO

Enquanto as comissões e subcomissões da Constituinte não sabem ainda como deslanchar os seus trabalhos, o Congresso voltou ontem a ser invadido por grupos de pressão e lobistas individuais, assediando os constituintes nos corredores e nos salões, pedindo a inclusão de suas reivindicações na nova Constituição.

Professores de escolas públicas realizaram ato público na rampa do Congresso, pedindo maiores salários, e representantes de entidades civis lançaram, no Salão Negro, a campanha nacional em defesa da escola pública e gratuita para todos. Do outro lado, a Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, Fenaj, lançou uma campanha pela democratização dos meios de comunicação no Brasil.

Tanta movimentação obrigou o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, a uma verdadeira maratona pelos longos corredores do Congresso. Ele ouviu as reivindicações dos professores pela garantia de escolas públicas e ensino gratuito na nova Carta, prometendo encaminhar suas propostas à subcomissão que cuidará do assunto.

Ulysses Guimarães passou, rapidamente, pelo ato público da Fenaj, ouvindo críticas do seu presidente, jornalista Armando Rollemberg, contra o "tráfico de influência" na concessão de canais de emissoras de rádio e de televisão. Ele afastou, com um gesto, as imagens que eram retransmitidas numa televisão instalada no Salão Negro, mostrando o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, destratando um repórter da televisão baiana, no dia 15 de novembro passado. "Eu já tinha visto" — disse laconicamente.

Ulysses Guimarães participou, ainda, do lançamento do livro "Perfil Parlamentar", do ex-deputado Batista Miranda, votou na eleição da bancada do PMDB para a escolha do relator da comissão de Sistematização; recebeu o vice-ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha Ocidental, Bernard Neugebauer; e ainda concedeu diversas entrevistas à imprensa. No final, ele contou o segredo da sua forma física: "Nunca fumei, durmo de cinco a seis horas, quando é possível, bebo pouco e como muito bem. Tanto que o senhor Severo Gomes, quando está sem apetite, gosta de comer ao meu lado, para ser incentivado pela minha voracidade" — explicou sorrindo.

Os Constituintes querem mais prazo para os trabalhos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, recebeu ontem proposta de prorrogação por 30 dias dos trabalhos das comissões e subcomissões, na reunião com presidentes e relatores dos órgãos temáticos, convocada justamente para pedir "o máximo de empenho" no cumprimento dos prazos estabelecidos no regimento interno. Pela proposta apresentada pelo deputado Jore Hage (PMDB-BA), a nova Constituição seria promulgada no dia 25 de dezembro. Uma comissão vai elaborar projeto de resolução que altera o regimento quanto aos prazos.

O líder do PTB, deputado Gaston Right, louvou a intenção de Ulysses Guimarães de promulgar a futura Constituição no dia 15 de novembro, mas lembrou que a emenda constitucional que convocou a Constituinte não fixou data para o término de sua elaboração. O deputado Thomas Nonô (PFL-AL), presidente da Subcomissão de Organização do Estado, salientou que a "virgindade" do Regimento Interno foi rompida pelo próprio PMDB, que por problemas internos atrasou a instalação das comissões.

O deputado José Costa (PMDB-AL), relator da Subcomissão de Organização do Judiciário, ponderou que as subcomissões terão apenas 27 dias úteis para a elaboração de seus pareceres, se prevalecer o cronogra-

ma do regimento. Esse prazo, segundo disse, é insuficiente para se ouvir, em audiências públicas, todas as entidades interessadas na Constituição e para se processar todo o volume de informações sobre os diversos temas. "Afinal, estamos trabalhando na elaboração de uma Constituição e não de um folheto ou literatura de cordão" — disse ele.

Ulysses Guimarães não conseguiu sensibilizar os presidentes e relatores, com os apelos feitos no início da reunião, quando lembrou o "compromisso absoluto" dos constituintes de entregar a nova Constituição ao povo brasileiro ainda este ano. Ele pediu a realização de reuniões nos sábados e domingos e sugeriu, inclusive, que as sessões da Constituinte sejam encerradas às 17h00 e não mais às 18h30, como prevê o Regimento Interno, para que as comissões possam encaminhar seus pareceres à Comissão de Sistematização até o dia 19 de junho.

Para colaborar com os relatores, Ulysses Guimarães entregou estudo comparativo das diversas constituições brasileiras e de outros países, para ser usado como referência nos trabalhos a serem desenvolvidos. Ele sugeriu, finalmente, que as propostas e sugestões oferecidas por entidades civis, que, porventura, não podem ser aproveitadas na Constituição, sejam usadas como subsídio na elaboração das leis ordinárias que vão regulamentar artigos constitucionais.

Deputado quer instalar corte constitucional

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Brasília — O presidente da subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público, deputado José Costa (PMDB-AL), defendeu ontem a introdução do sistema parlamentarista de governo com a criação de um corte constitucional. Para o parlamentarista, que vai apresentar projeto neste sentido, na Assembleia Nacional Constituinte, o parlamentarismo é o sistema mais adequado para a condução dos destinos do País. Entretanto, a criação de uma corte constitucional contraria o pensamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal que não esperam mudanças profundas na sua estrutura.

A subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público iniciou na segunda-feira às 20h30 sua primeira audiência pública. A primeira entidade a ser ouvida pelo plenário da subcomissão será a Confederação Nacional do Ministério Público, que vai apresentar suas sugestões à Assembleia Constituinte.

Ontem, na reunião plenária, a subcomissão aprovou audiências com a Federação Nacional dos Defensores Públicos e com a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho com as entidades que congregam os advogados trabalhistas.

Membros da subcomissão reclamaram a falta de tempo para discutir satisfatoriamente as sugestões. Para melhor aproveitamento ficou decidido que a subcomissão se reunirá de manhã e à noite e provavelmente nos feriados.

Falta quórum para reunião das minorias

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Com o comparecimento de apenas dois constituintes — a deputada Benedita da Silva (PT-RJ) e Nelson Seixas (PDT-SP) — a subcomissão que vai tratar das minorias, negras, índias e deficientes na Constituinte não conseguiu reunir quórum para uma reunião informal, devido pela reformulação dos nomes que integram o assunto que está sendo negociado junto aos líderes do PFL e do PMDB pelo presidente da subcomissão, Ivo Lech (PMDB-PR) e pelo relator, Alceci Guerra (PFL-PR).

Irritado com esta segunda convocação que também não atingiu o quórum necessário para o início dos trabalhos, o deputado Nelson Seixas defendeu que a subcomissão não pode ser tratada "como se fosse segunda categoria ou de fundo de quintal". A deputada Benedita da Silva defendeu esta posição, afirmando não admitir que os temas que interessam diretamente às minorias sejam tratados "na base do favor ou da paridade" em detrimento de uma conexão política.

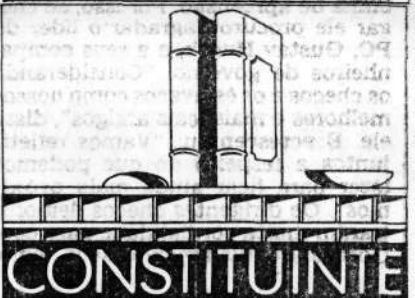
O relator da comissão, Alceci Guerra, não queria reabrir os entendimentos visando a reformulação dos nomes dos parlamentares que se inscreveram nessa subcomissão, mas acabou cedendo a esta exigência feita pelos dois parlamentares. "Não é justo que os parlamentares tenham apenas os seus nomes aqui" — sustentou Benedita. É importante que os integrantes da comissão tenham a oportunidade de negociar para o tratamento dessas questões.

Tecnologia, o primeiro debate

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O impacto da tecnologia sobre o setor industrial será o primeiro tema a ser discutido na Subcomissão de Ciência e Tecnologia e de Comunicações da Assembleia Nacional Constituinte. Para debater o tema, serão convidados representantes do setor estatal, privado e trabalhista. Do setor estatal, a subcomissão pretende convidar o presidente da Cobra, Ivan da Costa Marques; do setor privado, escolherá entre o presidente da Scopus, Edson Fregni e o presidente do Grupo Docas, Luís Guinler; e do setor trabalhista, o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, Antônio Octaviano.

Além do debate que os assuntos polêmicos ligados a esta subcomissão irão gerar, tais como a política de concessão de canais de rádio e televisão e a reserva de mercado para a informática, uma outra questão, de ordem pessoal, poderá gerar sérios atritos entre os parlamentares do grupo. O fato é que muitos estão descontentes com a maneira, classificada de ditatorial, que o presidente



Arolde de Oliveira vem conduzindo os trabalhos da subcomissão.

Ontem mesmo, os sinais de atrito já surgiram entre o presidente da subcomissão e a relatora Cristina Tavares. Isso ocorreu quando o presidente da Federação Nacional dos Engenheiros, que esteve ontem na primeira reunião da subcomissão, para encaminhar um documento com propostas para a área de ciência e tecnologia, procurou falar aos constituintes e não obteve concessão da palavra. Ao insistir para que o representante dos engenheiros falasse, a deputada Cristina Tavares ouviu do presidente da subcomissão que po-

deria ser destituída do posto de relatora, o que deixou a deputada muito irritada.

A questão da política de concessão de canais de rádio e televisão já está gerando também posições antagônicas entre os parlamentares, que fazem parte dessa subcomissão.

Para o deputado do PDT do Rio de Janeiro, Carlos Alberto Caó, é incompatível se empenhar em construir uma democracia política do País com a manutenção dos oligopólios dos meios de comunicação de massa.

Apesar de garantir que não prega a estatização dos meios de comunicação, o deputado destaca que "queremos que o Estado, sob a fiscalização da sociedade, possa desenvolver seus meios de comunicação. E que o setor privado seja disciplinado, a fim de não se prostituir em oligopólios". No seu entender, "nesse período pós-constituinte, a política de concessão de rádio e televisão não pode continuar subordinada a decisões individuais do Poder Executivo e nem de um ministro de Estado, pois é uma tarefa que deve ser transferida para o Congresso Nacional".